

# Para Unctad, antes do ajuste, é prioritária a redução da dívida *ext*

por William Dullforce  
do Financial Times

A desordem fiscal e monetária que prevalece em muitos países em desenvolvimento poderá frustrar a nova estratégia para a dívida do Terceiro Mundo, incorporada em recentes acordos com o México e com as Filipinas, adverte a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) em seu relatório anual, a ser divulgado hoje, em Genebra.

O sucesso do plano para a redução da dívida, lançado em março último pelo secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, está sendo vinculado a um ajuste que leve em conta os danos causados aos sistemas financeiros dos países afetados pela crise da dívida, que se prolonga por sete anos.

Em particular, os economistas da Unctad acreditam que em alguns países fortemente endividados, como por exemplo a Argentina, a desordem econômica está tão entrenchada que os programas de estabilização preconizados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, conforme recomenda o Plano Brady, são impossíveis sem uma redução profunda do ônus da dívida.

A Unctad — que constitui um espaço para o diálogo entre o Terceiro Mundo e os países industrializados — foi a primeira organização internacional a pedir, em seu relatório do ano passado, amplas reduções da dívida, inclusive uma

eliminação de 30% do que os países em desenvolvimento devem aos bancos comerciais.

Neste ano, embora reconhecendo que o Plano Brady representa um ponto decisivo na redução da dívida, o secretariado da organização estima que as inovações nele introduzidas até agora "são pequenas demais para constituir uma solução viável para a crise da dívida".

A redução da dívida não pode ficar confinada a países, como o México, que conseguiram estabelecer um recorde de estabilidade econômica e de reforma orientada para o mercado, disse Kenneth Dadzie, secretário-geral da Unctad, no prefácio do relatório, de 250 páginas.

Entre os sintomas de desordem crônica em muitos países devedores, apontados por Dadzie, estão a inflação acelerada, os grandes déficits orçamentários, a excessiva oferta de dinheiro, a rápida acumulação da dívida interna, as altas taxas de juro reais, a contínua desvalorização da moeda e a fuga de capitais.

São também citados alguns fatores políticos. Os fracassos dos programas de combate à inflação lançados na Argentina e no Brasil em 1987 são atribuídos "à constante luta por parte de diferentes grupos sociais para atingir níveis de renda que não são mutuamente compatíveis".

Referindo-se à intensificação dos conflitos de classe, à instabilidade política e à violência em diversos

países do Terceiro Mundo, Dadzie adverte que as conquistas conseguidas a duras penas nas instituições democráticas e no campo dos direitos humanos estão em perigo.

## AJUSTE PERIGOSO

Na opinião da Unctad, seria perigoso para os governos credores e para as agências internacionais insistir que, para poderem ser contemplados com os benefícios da redução da dívida, os países devedores tenham de seguir primeiramente o exemplo do México na luta contra a inflação e na redução de seus déficits orçamentários.

Os governos do Terceiro Mundo não estão em condição de conciliar as conflitantes exigências por aumento de renda de seus povos. Poucos governos podem impor os drásticos cortes nos salários reais que foram feitos no México, sugere o relatório.

A Argentina é o Peru estão entre os países problemáticos em relação ao Plano Brady, conforme avaliação de economistas da Unctad. Roger Lawrence, diretor da área de finanças e dinheiro, afirma: "A pergunta é esta: para onde vamos depois do México e das Filipinas? Gostaríamos de ver os governos tomarem medidas rápidas em relação à Argentina, que provavelmente é o teste de tornassol para se saber o que é possível fazer com países afetados por séria desordem".

O argumento da Unctad é que, em sua forma atual, o Plano Brady pode fazer pouco pelos países devedores

que são incapazes de conseguir um equilíbrio sem antes receber um alívio no ônus da dívida.

## NOVOS MECANISMOS

As novas orientações nos organismos de crédito permitem que cerca de 25% dos Direitos Especiais de Saque (DES) do FMI em favor de um país e dos empréstimos do Banco Mundial para ajuste estrutural sejam "reservados" para dar apoio a reduções da dívida. Até 40% da quota de um país junto ao FMI e até 15% de seu programa trienal de empréstimos do Banco Mundial podem ser usados para ajudar no pagamento dos juros.

Teoricamente, as duas agências internacionais podem fornecer aproximadamente US\$ 20 bilhões aos países devedores para reduzir a dívida e o serviço da dívida. Além disso, o Japão se comprometeu a fornecer US\$ 10 bilhões em empréstimos paralelos, o que dá um total de cerca de US\$ 30 bilhões.

Na prática, pelas condições impostas, é improvável que o uso efetivo se aproxime desta cifra, afirma a Unctad.

Em primeiro lugar, os países que não podem ou não querem aceitar a chamada "condicionalidade" do FMI e do Banco Mundial, ou seja, os programas de ajuste estrutural impostos por essas duas agências, ficam excluídos do programa de redução. Em segundo lugar, a chamada "justificativa especial", que reflete o vigor de um programa de um determinado país a médio prazo, é exigida para o acesso ao empréstimo de apoio ao pagamento de juros, que constitui a metade daquela cifra total. Isso poderá significar que esse empréstimo seria limitado aos países que conseguiram satisfazer durante vários anos as condições impostas pela política do FMI e do Banco Mundial. Segundo a Unctad, apenas um punhado de países pode realizar este teste.